



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho da 14ª Região

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Adm Eletrônico (PROAD) nº 16330/2016

TIPO	Menor Preço.
BASE LEGAL	Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002 (Institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns); Lei nº 8.666/93 (institui normas para licitações e contratos); Lei nº 8.078/90 ((Dispõe sobre a proteção do consumidor); Lei Complementar nº 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da ME e EPP); o Decreto nº 5.450/2005 (Regulamenta o pregão, na forma eletrônica), Decreto nº 8538/2015 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as ME e EPP nas contratações públicas) e Decreto nº 7.892/2013 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços) Lei Complementar nº 147/2014 (que altera a Lei Complementar nº 123/2006), bem como às Instruções Normativas/MARE nº 05/1995 (estabelecer os procedimentos destinados à implantação e operacionalização do SICAF-SIASG) e nº 01/2001 (Altera dispositivos da Instrução Normativa MARE nº 5, de 21 de julho de 1995).
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de grupos geradores de 50/55 KVA e de 140/150 KVA turbinados, com escapamento completo e quadro de comando completo (PAINEL DE TRANSFERÊNCIA) e com entrega técnica para suprir as necessidades da Varas Trabalhistas de Rondônia e Acre, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ARTI. 6º DO DEC. Nº 8538/2015.	
<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	
Dia: 28 de outubro de 2016	
Hora: 11h00	
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS	
Dia: 28 de outubro de 2016	
Hora: 11h30	
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:	
- www.trt14.jus.br - (Consultas/Licitações/2016/Pregão).	
- www.licitacoes-e.com.br	
- Esclarecimentos: pregoeiro@trt14.jus.br - Telefone: (0xx) 69-3218-6431	



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho da 14ª Região

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Adm. Eletrônico Nº 16330/2016

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, por meio de seu Pregoeiro, ao final firmado, torna público o presente edital de licitação, a qual realizar-se-á na modalidade pregão, forma eletrônica, observando-se os termos das Leis nº 10.520/2002 (Institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns); Lei nº 8.666/93 (institui normas para licitações e contratos); Lei nº 8.078/90 ((Dispõe sobre a proteção do consumidor); Lei Complementar nº 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da ME e EPP); o Decreto nº 5.450/2005 (Regulamenta o pregão, na forma eletrônica), Decreto nº 8538/2015 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as ME e EPP nas contratações públicas) e Decreto nº 7.892/2013 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços) Lei Complementar nº 147/2014 (que altera a Lei Complementar nº 123/2006), bem como às Instruções Normativas/MARE nº 05/1995 (estabelecer os procedimentos destinados à implantação e operacionalização do SICAF-SIASG) e nº 01/2001 (Altera dispositivos da Instrução Normativa MARE nº 5, de 21 de julho de 1995), conforme as especificações e condições a seguir:

1.0 - DO OBJETO

1.1 - O presente Pregão Eletrônico tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de grupos geradores de 50/55 KVA e de 140/150 KVA turbinados, com escapamento completo e quadro de comando completo (PAINEL DE TRANSFERÊNCIA) e com entrega técnica para suprir as necessidades da Varas Trabalhistas de Rondônia e Acre, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

1.2 - Critério de adjudicação do objeto: MENOR PREÇO.

1.3 - Poderão participar da licitação quaisquer licitantes interessados que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação e cujo objeto social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, especifique ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

1.4 – Empresas que participarem deste edital, que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002, será instaurado processo administrativo

para apurar as condutas das empresas (TCU - Acórdão nº 754/2015 – Plenário) c/c com as sanções previstas no item 16 do edital:

- a) empresas, reiteradamente, desclassificadas por não atenderem aos editais ou não honrarem suas propostas;
- b) empresa com pedido de desistência, o que equivale a não manutenção da proposta;
- c) empresa com declaração falsa de cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta;
- d) empresas com sócios em comum que apresentam propostas para o mesmo item de determinada licitação;
- e) empresa licitante atuando como 'coelho', ou seja, reduzindo os preços a fim de desestimular a participação de outros licitantes na etapa de lances, desistindo posteriormente do certame para beneficiar a outra empresa que esteja participando do conluio, que, por sua vez, acaba sendo contratada sem ter apresentado a melhor proposta, provocando, assim, prejuízo para a Administração.

1.4.1 - Atos lesivos contra Administração Pública Nacional ou Estrangeira - Lei nº 12.840, de 1º 08/2013 (Lei anticorrupção - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências).

1.5 – Dos quantitativos previstos no objeto do edital.

Características do Gerador	Quantidade	
	Mínima	Máxima
Grupo Gerador 140 Á 150 KVA.	1	2
<p>Aquisição de grupo gerador de 140/150 KVA turbinado, com escapamento completo e quadro de comando completo (PAINEL DE TRANSFERÊNCIA) e com entrega técnica, com as seguintes especificações:</p> <p>-Grupo gerador diesel, com capacidade de 140/150 KVA (112KW) em regime de emergência ou em regime de fonte principal, à 150 KVA, com sistema de arrefecimento por radiador e tanque de combustível de 250 litros montado no chassi do grupo gerador, 60HZ, 220/127V.</p> <p>-Motor diesel-sistema de injeção direta, 06 (seis) cilindros em linha, desenvolvendo 127 Kw de potência bruta a 1800 RPM em stand-by, construção específica para acionamento de alternadores elétricos, com baixos índices de emissões e máximo aproveitamento do combustível.</p> <p>-Motor de partida elétrico 12V, alternador de carga de baterias acionado por correia, bomba injetora stanadayne, governador mecânico, válvula solenóide de parada de combustível 12V, filtro de ar com elemento seco substituível e indicador de restrição, filtro de combustível separador de água, filtro de óleo lubrificante roscado de fluxo total.</p> <p>-Painel de Transferência, quadro automática microprocessado equipado com comando e controle digital, com capacidade de</p>		

corrente de 500 amperes, tetrapolar, para funcionamento em regime de transferência automática e aberta, com interrupção momentânea durante a comutação das fontes, o mecanismo é fornecido com manopla para operação manual.		
--	--	--

Características do Gerador	Quantidade	
	Mínima	Máxima
Grupo Gerador 50 Á 55	1	12
<p>Aquisição de grupo gerador de 50/55 KVA turbinado, com escapamento completo e quadro de comando completo (PAINEL DE TRANSFERÊNCIA) e com entrega técnica, com as seguintes especificações:</p> <p>-Grupo gerador diesel, com capacidade de 50KVA em regime de emergência ou em regime de fonte principal, à 55 KVA, com sistema de arrefecimento por radiador e tanque de combustível de 200 litros montado no chassi do grupo gerador, 60HZ, 220/127V.</p> <p>-Motor diesel-sistema de injeção direta, 04 (quatro) cilindros em linha, desenvolvendo 74 Kwm de potência bruta a 1800 RPM em stand-by, construção específica para acionamento de alternadores elétricos, com baixos índices de emissões e máximo aproveitamento do combustível.</p> <p>-Motor de partida elétrico 12V, alternador de carga de baterias acionado por correia, bomba injetora stanadayne, governador mecânico, válvula solenóide de parada de combustível 12V, filtro de ar com elemento seco substituível e indicador de restrição, filtro de combustível separador de água, filtro de óleo lubrificante roscado de fluxo total.</p> <p>-Painel de Transferência, quadro automática microprocessado equipado com comando e controle digital, com capacidade de corrente de 250 amperes, tetrapolar, para funcionamento em regime de transferência automática e aberta, com interrupção momentânea durante a comutação das fontes, o mecanismo é fornecido com manopla para operação manual</p>		

1.6 A presente licitação não é exclusiva para a participação de microempresas - ME's e empresas de pequeno porte – EPP's, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 8538/2015.

2.0 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - No Sistema de Registro de Preços caberá a Administração escolher a proposta mais vantajosa previamente selecionada, ficando no aguardo da aprovação dos recursos orçamentários e financeiros, ou seja, não há necessidade de que o órgão tenha prévia dotação orçamentária (§ 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/13).

3.0 - DO ENVIO DA PROPOSTA E INÍCIO DA SESSÃO

3.1 - As propostas comerciais para os lotes deverão ser encaminhadas até **28 de outubro de 2016**, tendo como horário limite **11:00 horas**.

3.1.1- A proposta registrada previamente no sistema licitações-e do Banco do Brasil, deverá conter, imprescindivelmente, **sob pena de desclassificação, a marca do gerador**, sendo o caso, demais elementos de identificação, como: modelo, número de referência, bem como demais especificações necessárias à identificação do objeto ofertado.

3.2 – A fase de lances do presente certame terá início no **28 de outubro de 2016, às 11h30min.**

3.3 - Todas as referências de tempo constantes neste Edital, bem como os enunciados na Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF.

4.0 – DO IMPEDIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo licitatório, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

a) constituídos sob a forma de consórcio;

b) em cumprimento de penalidade de suspensão temporária de participar em licitações, imposta por este Tribunal (TCU, Acórdão 2242/2013 – Plenário, TC 019.276/2013-3);

c) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

d) Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

e) Estrangeiras que não funcionem no País;

f) Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98 (Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente);

g) as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OPSCIP, conhecidas como ONGS de participarem em processos licitatórios promovidos pela Administração (Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário – (TC-021.605/2012-2).

h) tenham funcionário ou membro da Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico (art. 9, caput da Lei nº 8.666/93).

5.0 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 - Para acesso ao sistema eletrônico utilizado para a realização deste certame (licitacoes-e do Banco do Brasil), os interessados em participar do presente pregão, deverão dispor de chave de identificação e senha de acesso, pessoais e intransferíveis, obtidas após cadastramento junto ao Banco do Brasil S.A., por meio de suas agências sediadas no país ou por outros meios disponibilizados pelo banco. (§ 1º, Art. 3º, do Decreto 5.450, 31/05/05).

5.1.2 – O procedimento, regras e critérios para o cadastramento acima citado, serão os estipulados pelo Banco do Brasil S/A, os quais poderão ser consultados também por meio do endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br.

5.2 – O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRT-14ª Região responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que por terceiros, conforme art. 3º, §5º, do Dec. 5.450/05.

5.3 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico, implica na responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao presente pregão, nos termos do art. 3º, §6º, da Lei nº 8.666/93.

6.0 – DA PARTICIPAÇÃO

6.1 - A participação no certame se dará por meio do encaminhamento de proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema licitacoes-e do Banco do Brasil, pela empresa devidamente credenciada, observando-se as datas e horários estabelecidos no item 3.0 deste Edital.

6.2 – O tempo normal da disputa será de 10 (dez) minutos, podendo ser prorrogado a critério do pregoeiro, em seguida inicia-se a contagem de tempo aleatório (tempo randômico), o qual será de até 30 (trinta) minutos, para o encerramento da disputa.

6.3 – Em caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da fase de lances do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances até o retorno do Pregoeiro à sessão, sem prejuízo dos atos realizados.

6.4 - Quando a desconexão acima mencionada persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa, tendo reinício somente após comunicação expressa aos participantes pelo pregoeiro, por meio do próprio sistema licitacoes-e do Banco do Brasil.

7.0 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - O Pregoeiro classificará antes do início da disputa de preços, os licitantes cujas propostas atendem às especificações constantes neste Edital.

7.2 - Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro negociará diretamente com o proponente através do **chat** sistema licitacoes-e do Banco do Brasil, para que seja obtido melhor preço (Art.24, §§8º e 9º, do Decreto 5.450/2005).

7.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

7.4 - O pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e documentação, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo estipulado pela autoridade.

8.0 – DA PROPOSTA

8.1 - A empresa arrematante na sessão eletrônica, após o encerramento da sessão pública, **deverá encaminhar em até 02 (dois) dias úteis ao Pregoeiro** deste TRT-14ª Região, via e-mail pregoeiro@trt14.jus.br, **sob pena de desclassificação:**

- a) A proposta comercial/prospectos;
- b) Documentos de Habilitação;
- c) Certidões;
- d) Declarações.

8.1.1 – Somente enviar os **ORIGINAIS** (Proposta comercial, documentos de habilitação, as declarações, etc), quando solicitados pelo Pregoeiro, através do **(chat) e/ou mail** pregoeiro@trt14.jus.br.

8.1.2 - Após, solicitação dos originais, a empresa licitante terá prazo de 05 (cinco) dias corridos, para encaminhar via SEDEX ou outro meio de eficiência e rapidez similares, ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Seção de Licitações e Pregoeiros, com endereço na Rua Almirante Barroso, 600 – Bairro Mocambo – Porto Velho/RO – CEP 76.801.901, **sob pena de desclassificação.**

8.3 - Os licitantes que aceitarem cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado, deverão manifestar interesse através do **chat** do sistema licitacoes-e do Banco do Brasil, tão logo o sistema informe que a disputa do lote foi definitivamente encerrada (inciso II, do art. 11 do Decreto nº 7.892/13).

8.4 - Não será admitida a alteração posterior da proposta registrada previamente no sistema eletrônico, no que tange às características e marca do produto, devendo a proposta comercial escrita, corresponder àquela registrada e vencedora do certame, salvo devidamente justificado e cujas características sejam iguais ou superiores a proposta originalmente ofertada e que seja vantajosa para a Administração.

8.5 - A proposta deverá conter ainda:

- a) as especificações claras e precisas do objeto deste PREGÃO para sua melhor identificação;

b) preço unitário e/ou total, em valores numéricos da moeda corrente nacional, utilizando-se apenas duas casas decimais após a vírgula (Lei nº 9.069/95), os quais deverão compreender todas as despesas com impostos, encargos sociais e previdenciários, taxas, transporte, seguros, assim como quaisquer outros que incidam ou venha a incidir sobre o objeto da presente contratação.

c) o prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da proposta comercial devidamente consolidada, nos termos deste Edital;

d) nome ou razão social do proponente, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, fax e, se houver, endereço eletrônico (e-mail);

e) indicação do banco, número da conta corrente e agência (código e endereço), para fins de pagamento, caso a empresa seja a vencedora, bem como nome, número da Carteira de Identidade, CPF, estado civil e endereço residencial do representante legal da empresa licitante;

8.5.1 - A proposta comercial escrita (item 8.1) deverá corresponder àquela registrada (subitem 3.1.1) e vencedora do certame, sob pena de desclassificação, salvo no caso de a alteração ser vantajosa para a Administração e aceita pelo Pregoeiro.

9.0 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - A empresa vencedora na sessão eletrônica deverá, juntamente com sua proposta comercial (item 8.1), encaminhar ao Pregoeiro deste TRT-14ª Região, para fins de verificação quanto sua habilitação os seguintes documentos:

9.1.1 - Habilitação Jurídica:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado do rol de diretores em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, bem como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.2 - Regularidade Fiscal:

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver,

relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Certidão única abrangendo a regularidade das Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros) **ou** Certidão Positiva de Débito Com Efeitos de Negativa - CPD-EN;

d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- **FGTS**, mediante a apresentação do **CRF** – Certificado de Regularidade do FGTS;

e) Prova de regularidade junto à Fazenda Pública Estadual e Municipal;

Parágrafo único – As ME e EPP beneficiadas pelo art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014), estão amparadas, somente, em relação a **REGULARIDADE FISCAL**.

I – As ME e EPP, que ofertarem o menor preço deverão apresentar **TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NA HABILITAÇÃO**, inclusive a regularidade fiscal (Subitem 9.1.2, alíneas “a” a “e” do edital), mesmo havendo alguma restrição na comprovação.

II - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal apresentada ao pregoeiro, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública.

9.1.2.1 – Licitante em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (**SICAF**) podará apresentar a Declaração do SICAF, que substitui os documentos abaixo, desde que os documentos, constem expressamente da declaração, os quais estão relacionados:

a)HABILITAÇÃO JURÍDICA

b)REGULARIDADE FISCAL

-Receita Federal

-FGTS

-INSS

-Regularidade Trabalhista

-Regularidade Fiscal Estadual/Distrital

-Regularidade Fiscal Municipal

c)QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA.

-Índices Calculados (SG, LG, LC)

-Patrimônio Líquido

9.1.2.2 - Licitante com cadastro desatualizado em quaisquer documentos (subitem 9.1.2.1) no sistema de cadastramento-SICAF, deverá apresentar a documentação avulsa de comprovação de regularidade, devidamente atualizada.

9.1.2.3 – Demais Certidões e Declarações a apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito Trabalhista (**CNDT**) **ou** Certidão de Débito Trabalhista

Positiva com efeito de Negativa.

a1) Prevalecerá a CNDT que revelar a atual situação real da licitante, ou seja, a CNDT mais recente prevalecerá sobre a mais antiga (TCU – AC 6571-31/12-2).

b) Certidão negativa de falência, insolvência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede do licitante pessoa jurídica ou empresário individual.

c) **As DECLARAÇÕES** solicitadas nos Anexos do Edital, devidamente assinados pelo representante legal.

9.1.2.3 – Os licitantes cadastrados no SICAF, deverão, no caso de não atualização do sistema de cadastramento, apresentar a documentação avulsa de comprovação de regularidade, devidamente atualizada.

9.1.3 - Qualificação Técnica:

9.1.3.1- Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por órgão público, que comprove o fornecimento dos bens pretendidos (art. 30 da Lei nº. 8.666/93).

9.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira:

1) balanço patrimonial e demonstrações contábeis (SG, LG e LC) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

a) ME e EPP (Balanço e Demonstrações Contábeis (SG, LG e LC) deverão estar assinados por contabilista/contador e pelo proprietário da empresa, registrados em livro próprio (com balanço inserido) e autenticado na Junta Comercial (autenticação em todas as páginas), da sede ou do domicílio do licitante;

b) Sociedade com natureza jurídica limitada (balanço e as demonstrações contábeis (SG, LG e LC), devidamente registrados em livro próprio (com balanço inserido), autenticado na Junta Comercial da sede ou em Cartório competente do domicílio do licitante (autenticação em todas as páginas), de acordo com a sua atividade econômica (venda de bens ou venda de serviços);

c) Sociedades Civis (balanço e as demonstrações contábeis (SG, LG e LC), devidamente registrados em livro próprio (com balanço inserido), autenticado em Cartório competente (autenticação em todas as páginas);

d) empresa que iniciar suas atividades no mesmo ano corrente deverá apresentar balanço de abertura e a demonstração contábil (SG, LG e LC), com as assinaturas do representante legal da empresa e do técnico/contador responsável pela contabilidade;

e) As sociedades anônimas (balanço patrimonial e as demonstrações contábeis (SG, LG

e LC) do último exercício social (Lei nº 6.404/1976) devem ser, cumulativamente:

- a) registrados e arquivados na junta comercial;
- b) publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia;
- c) publicados em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada também a sede da companhia.

2) A licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis (SG, LG e LC), extraídos do último balanço ou referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

a - Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

b - Índice de Liquidez Geral (LG) = mede a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

c- Solvência Gera (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

Sendo,

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Onde:

AC = Ativo Circulante

AT= AtivoTotal

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

ELP= Exigível a Longo Prazo

9.1.4.1 - A licitante arrematante com resultado em quaisquer dos índices contábeis (SG, LG e LC) igual ou menor que 1,0 (um), deverá comprovar o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação.

9.1.4.1.1 - A comprovação dos índices contábeis (SG, LG e LC) deverá ser feita mediante

apresentação de documento assinado por profissional legalmente habilitado, desde que não seja possível a obtenção dessa informação no cadastro deste Tribunal ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores -SICAF.

9.2 - As MICROEMPRESAS ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, deverão apresentar declaração esclarecendo tal situação, para fins de aplicação da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e Dec., 8538/2015 ressaltando, ainda, que não se enquadram nos termos do § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

9.3 - Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32 da Lei 8.666/93. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

9.4 - As ME's e EPP's deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de habilitação, inclusive os documentos de regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição, caso em que, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

9.5 - A não comprovação da regularidade fiscal até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da primeira colocada, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.6 - Durante a fase de habilitação, poderá o pregoeiro consultar:

a) sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes** (SICAF, Tributos Federais, Estaduais e Municipais, **CNDT** e no Sistema de Emissão de Certidões Negativas de efeitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial pelo distribuidor da sede da licitante, via internet (§ 4º, art. 25, do Decreto 5.450/05).

b) sítio da **CGU** - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas a existência de registros impeditivos de contratação (www.portaltransparencia.gov.br);

c) sítio do **CNJ** – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consulta).

d) sítio Portal Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros).

d1 - Pesquisas nos sistemas informatizados da Administração Pública (Siafi, (Siafi, Siasg, ComprasNet) acerca do faturamento bruto em cada ano-calendário das ME e EPP, nos termos do LC 123/2006.

9.7 - Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante:

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

b) Se licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles para os quais a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da

Matriz.

9.8 - Serão inabilitados os licitantes que não cumprirem plenamente as exigências estatuídas neste Edital.

9.9 - Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, sendo assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e Ordenador de Despesas.

10.0 - DA NEGOCIAÇÃO

10.1 - Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, através do **chat** para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital (art.24, §§8º e 9º, do Decreto 5.450/2005).

10.2 - A negociação será realizada por meio do sistema licitacoes-e do Banco do Brasil (chat), podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.3 – Encerrada a etapa de lances, os licitantes deverão consultar regularmente o sistema licitacoes-e do Banco do Brasil para verificar se foi declarado o vencedor e se está liberada a opção para interposição de recurso.

11 - DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 - Após a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, a Administração procederá à análise quanto a regularidade do processo licitatório, podendo homologá-lo.

11.2 - O TRT-14ª Região publicará a homologação do processo licitatório, na forma de extrato, no Diário Oficial da União.

11.3 – Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração (Art. 13, Decreto nº 7.892/13).

11.4 – É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único, art. 13, Decreto nº 7.892/13).

12.0 - DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO

12.1 – O licitante vencedor do certame terá seus preços registrados em um instrumento obrigacional denominado Ata de Registro de Preços, sendo convocado oficialmente por este TRT-14ª Região para firmá-la, devendo comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, podendo o referido prazo ser prorrogado(art. 64, §1º, da Lei 8.666/93).

12.2 – Decorridos os prazos acima citados e, não tendo a empresa vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito à contratação, estando sujeita às penalidades previstas nos itens **1.4** c/c com item **16.0** do Edital.

12.3 - Verificada a hipótese expressa no subitem 12.2, bem como em caso de perda dos requisitos de habilitação constantes neste Edital, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação e requisitos de habilitação (§3º, art. 27, Dec. nº 5.450/05).

12.4 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições (art. 16 do Dec. nº 7.892/2013).

12.5 - Os preços registrados poderão ser revistos na forma do art. 17 do Decreto Nº 7.892/13 (redução de preços), sendo de responsabilidade do gestor da avença a negociação com o contratado, observada as disposições contidas na alínea “d” do Inciso II do **caput** do art. 65 da Lei 8.666/93.

12.6 – O presente edital não prevê a utilização de Ata de Registro de Preços (carona) por órgão ou entidade não participante.

12.7 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano.

12.8 - O Licitante vencedor deverá manter as condições estabelecidas na Resolução 103/2012-CSJT – *“Não deverá possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo e nem ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, podendo ser verificado constantemente durante a execução do Contrato, sob pena de rescisão contratual”*.

13.0 - DO PRAZO DE ENTREGA E LOCAIS DE RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS E LOCAIS DE ENTREGA TÉCNICA

13.1 – O prazo de entrega, conforme estabelecido no item 6.0 do Termo de Referência.

13.2 – Os locais de recebimento dos equipamentos, conforme estabelecido no item 12 do Termo de Referência.

13.3 - Os locais de entrega técnica, conforme estabelecido no Anexo I do Termo de Referência.

14.0 - DO PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, até 15 (quinze) dias úteis, mediante a

apresentação de nota fiscal/fatura, devidamente certificada pelo setor competente do TRT-14ª Região, prazo necessário para tramitação do processo nos setores internos deste Regiona, embora o pagamento possa ser realizado antes desse limite temporal.

14.1.1 – A Nota Fiscal deverá vir acompanhada das certidões relacionadas abaixo:

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União - CND **ou** Certidão Positiva de Débito Com Efeitos de Negativa - CPD-EN;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
- c) Certidão negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**) **ou** Certidão de Débito Trabalhista Positiva com efeito de Negativa;
- d) Bem como outras certidões que vierem a ser obrigatórias por lei, desde que tenham correlação com o objeto, devendo ser apresentados todos esses documentos dentro dos respectivos prazos de validade.

14.2 - As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (**Simple Nacional**), deverão apresentar a cada pagamento, Declaração em duas vias, na forma do **Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234**, de 11/01/2012 (artigo 4º, inciso XI, c/c artigo 6º).

14.3 - Será facultado à Administração a possibilidade de retenção de pagamentos devidos, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14.4 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a futura contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios poderão ser calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$ (§4º do art. 36, da IN nº 2/2008 – MPOG e Acórdão TCU 1047/2003 Plenário), onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

TX = Percentual da Taxa anual = 6%

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

14.5 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

15.0 – DA IMPUGNAÇÃO, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

15.1 – Até 02 (dois) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório do pregão na forma eletrônica (art. 18 do Dec. 5.450/05).

15.1.1 – Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital,

decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas (art. 18, § 1º, Dec. 5.450/2005).

15.2 - Até 3 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos** acerca da presente licitação, por meio do e-mail pregoeiro@trt14.jus.br (art. 19, do Dec. 5.450/05).

15.3 - As impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos ao instrumento convocatório, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro **por e-mail** pregoeiro@trt14.jus.br .

15.4 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma **imediata e motivada**, em campo próprio do sistema licitacoes-e do Banco do Brasil, manifestar sua intenção de recorrer.

15.5 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem anterior, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor (art. 26, §1º, do Dec. 5.450/05).

15.6 - Para fins deste edital, declarado vencedor no sistema, o Pregoeiro abrirá prazo de 24 (vinte e quatro) horas, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

15.7 - A partir da manifestação da sua intenção de recorrer, será concedido automaticamente ao licitante o prazo de 3 (três) dias para apresentar suas **razões de recurso**, em campo próprio do sistema.

15.7.1. Após a interposição das razões, os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em igual prazo e forma, começando a contar seu prazo imediatamente do término do prazo do recorrente, sem necessidade de intimação.

15.8 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Seção de Licitações e Pregoeiros, localizada na Rua Almirante Barroso, 600 – Bairro Centro – Porto Velho/RO, em dias úteis, no horário das 08:00 às 14h:30min, horário de Porto Velho/RO (art. 26, *caput*, do Dec. 5.450/05).

15.9 - As razões e contrarrazões observarão os seguintes pressupostos recursais:

- a) tempestividade
- b) legitimidade recursal
- c) interesse de agir
- d) fundamentação, com estrita conformidade com a motivação apresentada na sessão.

15.10 - Eventuais recursos sem o preenchimento dos pressupostos recursais elencados acima, poderão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, em seu juízo de admissibilidade e serão submetidos à análise da Autoridade Superior no momento da homologação (Acórdão 1440/07, TCU).

15.11 - Após o prazo de recebimento das razões e contrarrazões, o Pregoeiro não reconsiderando sua decisão, encaminhará os autos devidamente informados, no prazo de até 5 dias úteis à Autoridade Superior.

15.12 - Já o acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.13 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

15.14 - Os recursos e contra razões de recursos deverão ser dirigidos à autoridade competente e disponibilizados através do sistema licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil ou por e-mail: pregoeiro@trt14.jus.br.

16.0 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - As sanções administrativas serão aplicadas conforme disposto na Portaria nº 663, de 15 de março de 2013 e publicada no DEJT14ª Região dia 18/03/2013, que regulamenta e uniformiza o procedimento de aplicação das sanções administrativas:

16.1.1 - A inexecução parcial, ainda que temporária, ou total da obrigação pactuada sujeitará o contratado às seguintes sanções (Art. 7º, da Portaria 663/13):

I - multa de mora;

II - multa compensatória;

III – advertência;

IV - suspensão temporária para participar em licitação e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

V – impedimento de licitar e contratar com a União, nas hipóteses previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02 e quando a modalidade licitatória for o pregão;

VI - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III, IV, V e VI deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

16.2 - Das Multas

16.2.1 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao contratado, pelo ordenador de despesas, por atraso injustificado na entrega ou execução da contratação, e será aplicada nos seguintes percentuais (Art. 8º, da Portaria nº 663/13):

I - multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 15% (quinze por cento), que corresponde a até 30 (trinta)

dias de atraso;

II - multa compensatória de 10% (dez por cento) aplicada no caso de:

a) atraso injustificado e superior a 30 dias, na execução total ou parcial da contratação;

b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ata de registro de preços ou nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material ou prestação dos serviços.

16.2.2 - A multa compensatória será aplicada sobre a parte inadimplida, sem prejuízo da aplicação da multa de mora prevista no inciso I (§ 1º, do art. 8º, da Portaria nº 663/13);

16.2.3 - Demonstrado que o atraso ocorreu por culpa do contratado, caberá a aplicação de multas, afastando-se a sua incidência nos casos em que o atraso decorreu de fatos alheios à sua vontade e por ele inevitáveis (§ 2º, do art. 8º, da Portaria nº 663/13).

16.2.4 - Será automaticamente dispensada do procedimento de que trata esta Portaria e de cobrança a mora que possa ensejar multa inferior a 0,02% (dois centésimos por cento) do valor previsto no art. 23, inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 (§3º, do art. 8º, da Portaria nº 663/13).

17.0 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - A presente licitação não importará necessariamente na contratação da adjudicatária, podendo a Administração do TRT-14ª Região, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, sendo dada a devida ciência aos licitantes, por meio de publicação no órgão oficial.

17.2 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não sendo o TRT-14ª Região, em nenhuma hipótese, responsável por tais custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observando-se o início em dias úteis de expediente normal, com término até às 18h00, neste TRT-14ª da Região.

17.4 – Os atos e decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes interessados, por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial da União.

17.5 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

17.6 - O presente Edital encontra-se disponível:

a) na sede do TRT-14ª Região - Seção de Licitações, localizado na Rua: Almirante Barroso, nº 600, Mocambo, 3º andar, Porto Velho/RO, telefone – (0xx) 69-3218- 6431, em dias úteis, no horário de expediente das 8h às 14h30min, através de mídia (Pen Drive ou CD ou DVD), fornecida pelo licitante interessado;

b) no site www.trt14.jus.br – Consultas/Licitações/2016/Pregão; www.licitacoes-e.com.br.

c) por solicitação do licitante através do e-mail pregoeiro@trt14.jus.br.

17.7 - O desatendimento pelo licitante, de exigências formais *não essenciais*, não importará o afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, conforme a prudente análise do Pregoeiro.

17.8 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.9 - Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições legais e princípios gerais do direito.

17.10 – Fica eleito o Foro da Justiça Federal 1ª Instância - Seção Judiciária em Rondônia, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução da presente contratação, com renúncia expressa por qualquer outro.

17.11 - São partes integrantes deste Edital os seus Anexos.

Porto Velho/RO, 14 de outubro de 2016.

Célia Maria Madureira Serra
Pregoeira

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de grupos geradores de 50/55 KVA e de 140/150 KVA turbinados, com escapamento completo e quadro de comando completo (PAINEL DE TRANSFERÊNCIA) e com entrega técnica para suprir as necessidades da Varas Trabalhistas de Rondônia e Acre, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

ESTIMATIVA DE CUSTOS COMO REFERÊNCIA

LOTE I

Item	Descrição do objeto	Unid	Qte Mín/Máx	Marca item 3.1.1 do edital	Preço Unitário estimado R\$	Preço Total estimado R\$
1	<p><u>Grupo Gerador 140 Á 150 KVA.</u></p> <p>Aquisição de grupo gerador de 140/150 KVA turbinado, com escapamento completo e quadro de comando completo (PAINEL DE TRANSFERÊNCIA) e com entrega técnica, com as seguintes especificações:</p> <p>-Grupo gerador diesel, com capacidade de 140/150 KVA (112KW) em regime de emergência ou em regime de fonte principal, à 150 KVA, com sistema de arrefecimento por radiador e tanque de combustível de 250 litros montado no chassi do grupo gerador, 60HZ, 220/127V.</p> <p>-Motor diesel-sistema de injeção direta, 06 (seis) cilindros em linha, desenvolvendo 127 Kwm de potência bruta a 1800 RPM em stand-by, construção específica para acionamento de alternadores elétricos, com baixos índices de emissões e máximo aproveitamento do combustível.</p> <p>-Motor de partida elétrico 12V, alternador de carga de baterias acionado por correia, bomba injetora stanadayne, governador mecânico, válvula solenóide de parada de combustível 12V, filtro de ar com elemento seco substituível e indicador de restrição, filtro de combustível separador de água,</p>	unid	01/02		87.000,00	174.000,00

<p>filtro de óleo lubrificante roscado de fluxo total.</p> <p>-Painel de Transferência, quadro automática microprocessado equipado com comando e controle digital, com capacidade de corrente de 500 amperes, tetrapolar, para funcionamento em regime de transferência automática e aberta, com interrupção momentânea durante a comutação das fontes, o mecanismo é fornecido com manopla para operação manual.</p>					
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 174.000,00

Lote II

Item	Descrição do objeto	Unid	Qte Mín/Máx	Marca item 3.1.1 do edital	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	<p><u>Grupo Gerador 50 Á 55 KVA</u></p> <p>Aquisição de grupo gerador de 50/55 KVA turbinado, com escapamento completo e quadro de comando completo (PAINEL DE TRANSFERÊNCIA) e com entrega técnica, com as seguintes especificações:</p> <p>-Grupo gerador diesel, com capacidade de 50KVA em regime de emergência ou em regime de fonte principal, à 55 KVA, com sistema de arrefecimento por radiador e tanque de combustível de 200 litros montado no chassi do grupo gerador, 60HZ, 220/127V.</p> <p>-Motor diesel-sistema de injeção direta, 04 (quatro) cilindros em linha, desenvolvendo 74 Kwm de potência bruta a 1800 RPM em stand-by, construção específica para acionamento de alternadores elétricos, com baixos índices de emissões e máximo aproveitamento do combustível.</p> <p>-Motor de partida elétrico 12V, alternador de carga de baterias acionado por correia, bomba injetora stanadayne, governador mecânico, válvula solenóide de</p>	unid	01/12		62.000,00	744.000,00

parada de combustível 12V, filtro de ar com elemento seco substituível e indicador de restrição, filtro de combustível separador de água, filtro de óleo lubrificante roscado de fluxo total. -Painel de Transferência, quadro automática microprocessado equipado com comando e controle digital, com capacidade de corrente de 250 amperes, tetrapolar, para funcionamento em regime de transferência automática e aberta, com interrupção momentânea durante a comutação das fontes, o mecanismo é fornecido com manopla para operação manual					
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 744.000,00

1- Critério de julgamento: MENOR PREÇO.

2 – A proposta comercial, não poderá conter valores unitários e totais superiores aos valores estimados nas planilhas supracitadas.

ANEXO I – DO EDITAL
TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao artigo 9º, inciso I e II, do decreto 5450/05, que regulamenta o Pregão, na forma Eletrônica, conforme o artigo 21º, inciso II do Decreto 3555/00, elaborou o presente Termo de Referência visando aquisição de grupos geradores de 50/55 KVA e de 140/150 KVA com escapamento completo e quadro de comando (PAINEL DE TRANSFERÊNCIA) completo e entrega técnica na forma de registro de preço.

1 - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de grupos geradores de 50/55 KVA e de 140/150 KVA turbinados, com escapamento completo e quadro de comando completo (PAINEL DE TRANSFERÊNCIA) e com entrega técnica, suprir as necessidades da Varas Trabalhistas de Rondônia e Acre do do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

2 – JUSTIFICATIVA

O planejamento de atividades do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região contempla tarefas diversas, de complexidades variadas, e visa atender às demandas das unidades administrativas a ele vinculadas. Para viabilizar as ações planejadas, é imprescindível que a Pasta disponha de equipamentos destinados a boa manutenção dos trabalhos e que ofereçam adequadas condições para a realização de suas atividades precípuas.

Com a virtualização dos processos judiciais de primeiro grau, a ser concluída ainda neste ano de 2013, torna-se imperioso garantir suprimento de energia contínuo e com qualidade aos Fóruns e Varas Trabalhistas do interior dos Estados de Rondônia e Acre, mormente em face das inúmeras interrupções no fornecimento em alguns municípios, não raro diárias, o que causa transtornos incomensuráveis à

prestação jurisdicional. Também se justifica a necessidade em face de investimentos em infraestrutura nas unidades.

Nesse ponto, justifica-se a aquisição de grupos geradores de 50/55 KVA e de 140/150 KVA com escapamento completo e quadro de comando (PAINEL DE TRANSFERÊNCIA) completo e entrega técnica na forma de registro de preço nas constantes solicitações feitas à Seção de Manutenção de Máquinas e Equipamentos, não com o intuito de satisfazer desejos individuais, mas sim para atender melhor os nossos servidores e usuários.

Doutro norte, a aquisição desse equipamento, tem como finalidade principal resolver a situação da falta de energia, acarretando melhor conforto e segurança no trabalho ali realizado.

3- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 3.1 - A contratada deverá apresentar atestado que comprove o fornecimento do referido maquinário para órgãos da Administração Pública. O referido grupo gerador deverá ter, as normas técnicas conforme a ABNT NBR 5052, ABNT NBR 5117, ABNT NBR 5410, ABNT NBR 14664, ABNT NBR 15626-1 e 15626-2.
- 3.2 - Poderão ser aceitas proposta para equipamentos projetados e/ou fabricado através de normas diferentes das listadas, desde que essas assegurem qualidades igual ou superior as das mencionadas anteriormente.

4- ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PRODUTOS

Aquisição de grupos geradores de 50/55 KVA e de 140/150 KVA com escapamento completo e quadro de comando (PAINEL DE TRANSFERÊNCIA) completo e entrega técnica na forma de registro de preço, deverão ter as seguintes especificações:

4.1 - Características Gerais do produto

Item	Produto	Características	Quantidade
			Mínima/Máxima
1	Grupo Gerador	Contratação de empresa especializada para aquisição de grupo gerador de 140/150 KVA turbinado, com escapamento completo e quadro de	1/2

	<p>140 Á 150 KVA.</p>	<p>comando completo (PAINEL DE TRANSFERÊNCIA) e com entrega técnica, com as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Grupo gerador diesel, com capacidade de 140/150 KVA (112KW) em regime de emergência ou em regime de fonte principal, à 150 KVA, com sistema de arrefecimento por radiador e tanque de combustível de 250 litros montado no chassi do grupo gerador, 60HZ, 220/127V. -Motor diesel-sistema de injeção direta, 06 (seis) cilindros em linha, desenvolvendo 127 Kwm de potência bruta a 1800 RPM em stand-by, construção específica para acionamento de alternadores elétricos, com baixos índices de emissões e máximo aproveitamento do combustível. -Motor de partida elétrico 12V, alternador de carga de baterias acionado por correia, bomba injetora stanadayne, governador mecânico, válvula solenóide de parada de combustível 12V, filtro de ar com elemento seco substituível e indicador de restrição, filtro de combustível separador de água, filtro de óleo lubrificante roscado de fluxo total. -Painel de Transferência, quadro automática microprocessado equipado com comando e controle digital, com capacidade de corrente de 500 amperes, tetrapolar, para funcionamento em regime de transferência automática e aberta, com interrupção momentânea durante a comutação das fontes, o mecanismo é fornecido com manopla para operação manual. 	
<p>2</p>	<p>Grupo Gerador 50 Á 55</p>	<p>Contratação de empresa especializada para aquisição de grupo gerador de 50/55 KVA turbinado, com escapamento completo e quadro de comando completo (PAINEL DE TRANSFERÊNCIA) e com entrega técnica, com as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Grupo gerador diesel, com capacidade de 50KVA em regime de emergência ou em regime de fonte principal, à 55 KVA, com sistema de arrefecimento por radiador e tanque de combustível de 200 litros montado no chassi do grupo gerador, 60HZ, 220/127V. -Motor diesel-sistema de injeção direta, 04 (quatro) cilindros em linha, desenvolvendo 74 Kwm de potência bruta a 1800 RPM em stand-by, construção específica para acionamento de alternadores elétricos, com baixos índices de emissões e máximo aproveitamento do combustível. -Motor de partida elétrico 12V, alternador de carga de baterias acionado por correia, bomba injetora stanadayne, governador mecânico, válvula solenóide de parada de combustível 12V, filtro de ar com elemento seco substituível e indicador de restrição, filtro de combustível separador de água, filtro de óleo lubrificante roscado de fluxo total. 	<p>1/12</p>

		-Painel de Transferência, quadro automática microprocessado equipado com comando e controle digital, com capacidade de corrente de 250 amperes, tetrapolar, para funcionamento em regime de transferência automática e aberta, com interrupção momentânea durante a comutação das fontes, o mecanismo é fornecido com manopla para operação manual.	
--	--	---	--

5 - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 – OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

- a) *A empresa que fornecer os grupos geradores turbunados com escapamento completo e quadro de comando completo (PAINEL DE TRANSFERÊNCIA) e entrega técnica deverá obedecer o prazo de garantia especificada no Item 8”*
- b) Cumprir integralmente todas as condições estabelecidas, sujeitando-se, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;
- c) Entregar os equipamentos, nos prazos estabelecidos, devidamente conferidos e acompanhados da nota fiscal/fatura corretamente preenchida segundo as quantidades e no local descrito na Autorização de Empenho;
- d) Comunicar à unidade gestora do contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que venham a impossibilitar o seu cumprimento, substituir e/ou corrigir, às suas expensas, em no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da recusa de recebimento, devolução, ou comunicação por escrito, os materiais e/ou serviços que apresentarem erros e/ou defeitos em todo caso de devolução ou extravio dos materiais, responsabilizarem-se pelo pagamento de fretes, carretos, seguros e tributos, se ocorrerem, oferecer garantia mínima de 01 (um) ano, a contar da data de entrega, a ser prestada em qualquer cidade do Estado de Rondônia e Acre onde estiver instalado o equipamento, com a finalidade de manter o objeto em perfeitas condições de uso, sendo todas as despesas relativas à garantia por conta do fornecedor, entregar os equipamentos acondicionados em caixas e embalagens adequadas, com marca do fabricante e referência, a fim de evitar avarias e deterioração durante o transporte, incluir, nos preços ofertados, todas as despesas de custo, seguro, frete, passagens, diárias, alimentação, montagem,

instalação e testes dos equipamentos, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, ou de qualquer outra natureza, para entrega técnica nas Varas Trabalhistas do Interior do Estado de Rondônia e Acre, fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independente da que será exercida pelo Tribunal do Trabalho da 14ª Região.

5.2 A entrega técnica deverá compreender:

- a) Verificação da instalação do Grupo Gerador abrangendo ligações elétricas, sistema de aterramento e demais sistemas operacionais, tais como combustível, arrefecimento, lubrificação e escapamento, inspeção visual do equipamento e disponibilização dos itens necessários a sua operacionalidade (conforme abaixo);
- b) Execução da primeira partida do Grupo Gerador;
- c) Realização de testes operacionais do conjunto e manobras de carga com interrupções momentâneas, com carga local, treinamento básico de operação e manutenção ao operador, a fim de garantir o bom funcionamento do equipamento.
- d) Estas atividades deverão ser executadas por técnicos especializados do fornecedor registrado, em visita única a ser realizada em dias úteis (de segunda a sexta-feira), em horário comercial (das 8h às 18h), após instalação, mediante agendamento prévio com o fiscal da Ata de Registro de Preços.

5. - DAS OBRIGAÇÕES DO TRT - 14ª REGIÃO

O TRT da 14ª REGIÃO, através da Seção de Manutenção de Máquinas e Equipamentos compromete-se a:

1. Encaminhar à apreciação superior qualquer descumprimento por parte da empresa contratada, para possíveis penalidades.
2. Fiscalizar o recebimento do bem do Contratante, bem como certificar a Nota Fiscal para realização do pagamento.

6 – PRAZO DE ENTREGA DO BEM.

O prazo de entrega será de 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento do empenho pela empresa CONTRATADA, cuja inobservância acarretará início à abertura

de procedimentos administrativos, na forma da Lei 8.666/90.

7 – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO.

- a) **Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, o objeto deste contrato será recebido da seguinte forma:**
- b) **Provisoriamente**, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações deste Termo de Referência;
- c) **Definitivamente**, em até 05 (cinco) dias após o recebimento provisório, mediante atesto na nota fiscal/fatura, após a verificação da qualidade dos equipamentos e aceitação pelo fiscal do processo;

8 – PRAZO DE GARANTIA E VALIDADE DOS BENS.

A garantia do grupos geradores de 50/55 KVA e de 140/150 KVA com escapamento completo e quadro de comando (PAINEL DE TRANSFERÊNCIA) e entrega técnica será no mínimo de 01 (um) ano, a partir do recebimento definitivo.

9 – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

A empresa que apresenta o menor preço.

10 – PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O prazo da possibilidade de contratação será de 01 (um) ano, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços, por meio da emissão de nota de empenho perdurando até à expiração da garantia dos equipamentos.

11 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

O pagamento será efetuado após a certificação da Nota fiscal em até 15 (quinze) dias úteis, através de ordem bancária, devendo ser conferido e certificado pelo Chefe da Seção de Supervisão de Máquinas e Equipamentos, e também deverá apresentar os seguintes documentos: Certidão Negativa de Débitos - CND, expedida pelo INSS, Certificado de Regularidade de Situação - CRS junto ao FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal e certidão negativa positiva, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e á Dívida Ativa da União.

12 – DO LOCAL DE RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS

A entrega dos equipamentos será efetuada no Almoxarifado Central da Diretoria de Serviço de Material e Patrimônio/DSMP, localizado na Av. Rio Madeira, nº 3997, Distrito Industrial, nesta Capital de Porto Velho/RO.

13 - DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA E SANÇÕES APLICÁVEIS

- 1.A contratação dos serviços obedecerá ao disposto na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, Lei nº 10.520, de 17/07/02; Decreto nº 5.450, de 31/05/05; Decreto nº 3.521, de 19/05/01.
2. As sanções administrativas serão aplicadas conforme disposto na Portaria nº 663, de 15 de março de 2013 e publicada no DEJT14ª Região dia 18/03/2013, que regulamenta e uniformiza o procedimento de aplicação das sanções administrativas

14 – SETOR RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO.

Seção de Manutenção de Máquinas e Equipamentos.

15 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O acompanhamento e fiscalização do recebimento do equipamento sera realizado pela Seção de Manutenção de Máquinas e Equipamentos deste Tribunal, de acordo com o artigo 67 da Lei de nº. 8.666/93 e alterações incluídas pela Lei 9.648/98, conforme a Portaria nº 0572, de 18 de março de 2008 e conforme a Portaria nº 0572, de 18 de março de 2008, Fiscais do Trabalho o servidor, Antenor Evangelista de Oliveira Junior com inscrição no CPF 326.326.732-91 e seu eventual substituto o servidor Valderi Camilo da Silva com inscrição no CPF 098.357.098-91.

16 – LOCAL E DATA.

Porto Velho, 09 de setembro de 2016.

Antenor Evangelista de Oliveira Junior
Chefe da SçMME
TRT 14ª Região

ANEXO I – DO TERMO DE REFERÊNCIA**LOCAIS DE ENTREGA TÉCNICA DOS GRUPOS GERADORES**

Nº Ordem	Locais da Entrega Técnica	Capacidade em (KVA).
1	1ª, 2ª VT Ariquemes e Fórum/RO Av. Juscelino Kubitschek, 2351 - Setor Institucional - CEP: 76872-853 - Fone-(069)3516-2301	140/150 KVA
2	1ª, 2ª VT de Ji Paraná e Fórum/RO Rua Monte Castelo, 1295 - Jardim dos Migrantes - CEP: 76900-735 - Fone: (69) 3416-9912	140/150 KVA
3	DSMP/Almoxarifado/RO Av. Rio Madeira, nº 3997 - Bairro Distrito Industrial - Porto Velho/RO - Fone (69) 3217-9471	50/55 KVA
4	VT Buritis/RO Rua Cerejeiras, 1342 - Setor 01 - CEP: 76880-000 Endereço eletrônico: vtburitis@trt14.jus.br Fone:(069)3238-2339	50/55 KVA
5	VT Vilhena/RO Av. Rony de Castro Pereira, 3945 - Jardim América - Fone: (069) 3321-2668	50/55 KVA
6	VT São Miguel do Guaporé/RO Rua 16 de Junho, 1365 - Bairro Cristo Rei - CEP: 76932-000 - Fone:(069) 3642-2115	50/55 KVA
7	VT Jaru/RO Rua Raimundo Cantanhede, 1133 - esq. c/ Rua Rio de Janeiro - Bairro: S. Administrativo - CEP: 76890-000 Fone: (069) 3521-2866	50/55 KVA
8	VT Colorado D'Oeste/RO Endereço: Av. Paulo de Assis Ribeiro, 4061 - Centro CEP: 76993-000 - Fone: (069) 3341-2582	50/55 KVA
9	VT Pimenta Bueno/RO Rua Floriano Peixoto, 411 - Centro - CEP: 76970-000 Fone: (069) 3451-2023	50/55 KVA

10	VT Guajará Mirim/RO Av. Novo Sertão, 1333 - B. 10 de Abril - CEP: 76850-000 Fone: (069) 3541-3888	50/55 KVA
11	VT Rolim de Moura/RO Rua Jaguaribe, 4329 - Centro - CEP: 76940-000 Fone: (069) 3442-1261 ou 3442-1716	50/55 KVA
12	Cacoal/RO Rua General Osório, 427 - Bairro Princesa Isabel, esquina com Afonso Pena - CEP: 76964-030 Fone: (069) 3441-2656	50/55 KVA
13	VT Plácido de Castro/ACRE Av. Diamantino Augusto de Macedo, 259, Centro, Plácido de Castro/AC - Cep. 69.928-000.Fone/Fax: (068) 3237-1490	50/55 KVA
14	VT Epiteiolndia/ACRE BR 317, Km 01, 725 - Aeroporto – Epiteiolndia/Acre CEP: 69.934.000 - Fone:(068) 3546-3795	50/55 KVA

Porto Velho/RO, 09 de setembro de 2016.

Antenor Evangelista de Oliveira Junior
Chefe da SMME
TRT 14 Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

ANEXO II – DO EDITAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00/2016 Processo Adm. Eletrônico PROAD Nº 16330/2016

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO, situado na Rua Almirante Barroso, Nº 600, Centro, em Porto Velho-RO, inscrito no CNPJ-MF sob o Nº 03.326.815/0001-53, daqui em diante denominado TRT-14ª REGIÃO, representado, neste ato, por seu, ou autoridade que estiver respondendo pelo cargo, na forma regimental e, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico Nº 00/2016, devidamente homologado à fl....., nos autos do Processo Adm Eletrônico PROAD nº 16330/2016, resolve nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei 10.520/02 e do Decreto 7.892/2013 (alterado pelo Decreto n,º 8.250/14) REGISTRAR OS PREÇOS, em conformidade com o referido Pregão, Termo de Referência, Proposta e com as cláusulas e condições a seguir.

FORNECEDOR(A):

....., com sede na....., nº....- Bairro..... CEP:.....- Fone: (XX) (....)....., inscrita no CNPJ Nº....., neste ato, por intermédio de seu representante legal, Senhor, portador da Carteira de Identidadee do CPF.....

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente ata tem por finalidade o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de grupos geradores de 50/55 KVA e de 140/150 KVA turbinados, com escapamento completo e quadro de comando completo (PAINEL DE TRANSFERÊNCIA) e com entrega técnica para suprir as necessidades da Varas Trabalhistas de Rondônia e Acre, conforme Pregão Eletrônico nº 00/16, Termo de Referência e Proposta Comercial.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS QUANTITATIVOS PREVISTOS E DOS PREÇOS

I - Os quantitativos previstos e preços dos materiais estão relacionados no quadro abaixo:

LOTE I

Item	Descrição do objeto	Unid	Qte Mín/Máx	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	<u>Grupo Gerador 140 à 150 KVA</u> Especificações Técnica	unid	01/2		0,00	0,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$	0,00

LOTE II

Item	Descrição do objeto	Unid	Qte Mín/Máx	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	<u>Grupo Gerador 50 à 55 KVA</u> Especificações Técnica	unid	01/12		0,00	0,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$	0,00

II - A existência de preços registrados não obriga o TRT da 14ª Região a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições (art. 16, do Decreto nº 7.892/13).

III - Os preços registrados poderão ser revistos na forma do art. 17 do Decreto Nº 7.892/13 (redução de preços), sendo de responsabilidade do gestor da avença a negociação com o contratado, observada as disposições contidas na alínea “d” do Inciso II do **caput** do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, DO LOCAL DE RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS E DOS LOCAIS DE ENTREGA TÉCNICA

I – O prazo de entrega dos materiais será em até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho.

II – O recebimento dos equipamentos será em Porto Velho/RO, no Almoxarifado Central do TRT-14ª Região, sito a Av. Rio Madeira, 3997, Bairro Industrial – Porto Velho/RO – CEP: 76.821-051 - Fone (69) 3217-9471

III - É de inteira responsabilidade do contratada a observação às especificações dos bens, de forma a serem atendidos integralmente.

IV - Se, quando do recebimento dos equipamentos, ficar constatado o

não atendimento às especificações do edital, a empresa fica obrigada a substituí-los, imediatamente, por outro que atenda totalmente às especificações constantes nesta ata.

V - Todos os equipamentos deverão ser novos e entregues devidamente embalados, mantendo suas perfeitas condições, sob pena de não recebimento dos mesmos.

VI – Dos locais de entrega técnica:

Nº Ordem	Locais de Entrega Técnica	Capacidade em (KVA).
1	1ª, 2ª VT Ariquemes e Fórum/RO Av. Juscelino Kubitschek, 2351 - Setor Institucional - CEP: 76872-853 - Fone-(069)3516-2301	140/150 KVA
2	1ª, 2ª VT de Ji Paraná e Fórum/RO Rua Monte Castelo, 1295 - Jardim dos Migrantes - CEP: 76900-735 - Fone: (69) 3416-9912	140/150 KVA
3	DSMP/Almoxarifado/RO Av. Rio Madeira, nº 3997 - Bairro Distrito Industrial - Porto Velho/RO - Fone (69) 3217-9471	50/55 KVA
4	VT Buritys/RO Rua Cerejeiras, 1342 - Setor 01 - CEP: 76880-000 Endereço eletrônico: vtburitys@trt14.jus.br Fone:(069)3238-2339	50/55 KVA
5	VT Vilhena/RO Av. Rony de Castro Pereira, 3945 - Jardim América - Fone: (069) 3321-2668	50/55 KVA
6	VT São Miguel do Guaporé/RO Rua 16 de Junho, 1365 - Bairro Cristo Rei - CEP: 76932-000 - Fone:(069) 3642-2115	50/55 KVA
7	VT Jaru/RO Rua Raimundo Cantanhede, 1133 - esq. c/ Rua Rio de Janeiro - Bairro: S. Administrativo - CEP: 76890-000 Fone: (069) 3521-2866	50/55 KVA
8	VT Colorado D'Oeste/RO Endereço: Av. Paulo de Assis Ribeiro, 4061 - Centro CEP: 76993-000 - Fone: (069) 3341-2582	50/55 KVA
9	VT Pimenta Bueno/RO Rua Floriano Peixoto, 411 - Centro - CEP: 76970-000 Fone: (069) 3451-2023	50/55 KVA

10	VT Guajará Mirim/RO Av. Novo Sertão, 1333 - B. 10 de Abril - CEP: 76850-000 Fone: (069) 3541-3888	50/55 KVA
11	VT Rolim de Moura/RO Rua Jaguaribe, 4329 - Centro - CEP: 76940-000 Fone: (069) 3442-1261 ou 3442-1716	50/55 KVA
12	Cacoal/RO Rua General Osório, 427 - Bairro Princesa Isabel, esquina com Afonso Pena - CEP: 76964-030 Fone: (069) 3441-2656	50/55 KVA
13	VT Plácido de Castro/AC Av. Diamantino Augusto de Macedo, 259, Centro, Plácido de Castro/AC - Cep. 69.928-000.Fone/Fax: (068) 3237- 1490	50/55 KVA
14	VT Eptaciolndia/ACRE BR 317, Km 01, 725 - Aeroporto – Eptaciolndia/Acre CEP: 69.934.000 - Fone:(068) 3546-3795	50/55 KVA

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIOES DE PAGAMENTO

I - O pagamento será efetuado após a liquidao da despesa, por meio de ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, até 15 (quinze) dias úteis, mediante a apresentao de nota fiscal/fatura, devidamente certificada pelo setor competente do TRT-14 Região, prazo necessário para tramitao do processo nos setores internos deste Regional, embora o pagamento possa ser realizado antes desse limite temporal.

II – A Nota Fiscal deverá vir acompanhada das certidões relacionadas abaixo:

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e  Dvida Ativa da União (abrangendo a Regularidade das Contribuies Previdenciárias e às de Terceiros) **ou** Certidão Positiva de Débito Com Efeitos de Negativa - CPD-EN;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
- c) Certidão negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**) ou Certidão de Débito Trabalhista Positiva com efeito de Negativa;
- d) Bem como outras certidões que vierem a ser obrigatórias por lei, desde que tenham correlao com o objeto, devendo ser apresentados todos esses documentos dentro dos respectivos prazos de validade.

III - As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial de Arrecadao de Tributos e Contribuies devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

(Simples Nacional), deverão apresentar a cada pagamento, Declaração em duas vias, na forma do **Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234**, de 11/01/2012 (artigo 4º, inciso XI, c/c artigo 6º).

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

I - O prazo de vigência da presente Ata é de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

II – Esta Ata não prevê a utilização de “carona” por órgão ou entidade não participante.

CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

I – O acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos equipamentos serão efetuados:

a) **ANTENOR EVANGELISTA DE OLIVEIRA JUNIOR**, chefe da Seção de Manutenção de Máquinas e Equipamentos gestor/fiscal da Ata;

b) **AVALDERI CAMILO DA SILVA**, substituto eventual.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e do Fornecedor Beneficiário.

Porto Velho, ____ de _____ de 2016.

TRT-14ª Região

FORNECEDORA

A N E X O III – DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº/.....

A EMPRESA, devidamente inscrita no CNPJ sob nº, com sede rua/av., nº, bairro, cidade, UF, CEP complemento, em conformidade com o disposto no art. 4º, inc. VII, da Lei nº 10.520/02, DECLARA, sob as penas da lei, que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos habilitatórios exigidos no edital de licitação que rege o certame acima indicado.

Local e data.

Assinatura do representante legal

RG:

CPF:

ANEXO IV – DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº .../...

A EMPRESA, devidamente inscrita no CNPJ sob nº, com sede rua/av....., nº, bairro, cidade, UF, CEP complemento, em conformidade com o disposto no art.32, §2º, da Lei nº 8.666/93, DECLARA, sob as penalidades da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos da sua habilitação para o presente processo licitatório, estando ciente, ainda, da obrigatoriedade de declarar as ocorrências posteriores.

Local e data.

Assinatura do representante legal

RG:

CPF:

ANEXO V – DO EDITAL

DECLARAÇÃO

Pregão Eletrônico nº/.....

A EMPRESA, devidamente inscrita no CNPJ sob nº, com sede rua/av., nº, bairro, cidade, UF, CEP, complemento, DECLARA, não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e artigo 27, inciso V, da Lei 8.666/93

Emprega menor na condição de aprendiz, a partir de 14 anos: sim () não ()

Local e data.

Assinatura do representante legal

RG:

CPF:

ANEXO VI – DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO N° 07, de 18/10/2005, do CNJ, MODIFICADA PELA RESOLUÇÃO N° 09/2005, de 06/12/2005 (que alterou o art. 3° da Resolução n° 7) do CNJ

Pregão Eletrônico n°/.....

A EMPRESA, devidamente inscrita no CNPJ sob n°....., com sede rua/av., n°, bairro, cidade, UF, CEP, complemento, DECLARA, sob as penalidades da lei, que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, nos termos da Resolução n° 9, de 06 de dezembro de 2005.

Local e data.

Assinatura do representante legal

RG:

CPF:

ANEXO VII – DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO Nº 103, DE 25 DE MAIO DE 2012, do CSJT (Aprovou o Guia Prático para inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus).

Pregão Eletrônico nº

A EMPRESA, devidamente inscrita no CNPJ sob nº, com sede rua/av., nº, bairro, cidade, UF, CEP, complemento, DECLARA, sob as penalidades da lei, que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004 e não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105, nos termos da Resolução nº 103, de 25 de maio de 2012.

Local e data.

Assinatura do representante legal

RG:

CPF:

A N E X O VIII – DO EDITAL

PREENCHER SOMENTE SE FOR OPTANTE PELO SIMPLES
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

A EMPRESA, devidamente inscrita no CNPJ sob nº, com sede rua/av., nº, bairro, cidade, UF, CEP, complemento, declara, sob as penalidades da lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA-ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP, instituídas na forma da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, bem como não contemplam as hipóteses do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Local e data.

Assinatura do representante legal

RG:

CPF:

ANEXO IX - DO EDITAL

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL
Pregão Eletrônico n.º ____/2016

Razão Social:
 CNPJ:
 Endereço:
 Pessoa de Contato:
 e-mail:
 Telefone Fixo: ()
 Celular: ()

Dados Bancários:
 Banco:
 Agência:
 C/C:

OPTANTE DO SIMPLES: () SIM () NÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de grupos geradores de 50/55 KVA e de 140/150 KVA turbinados, com escapamento completo e quadro de comando completo (PAINEL DE TRANSFERÊNCIA) e com entrega técnica para suprir as necessidades da Varas Trabalhistas de Rondonia e Acre, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

Lote I

Item	Descrição do objeto	Unid	Qte Mín/ Máx	Marca item 3.1.1 do edital	Preço Unitário estimado R\$	Preço Total estimado R\$
1	Grupo Gerador 140 Á 150 KVA Especificações Técnica	unid	01/02		0,00	0,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					R\$	0,00

Lote II

Item	Descrição do objeto	Unid	Qte Mín/ Máx	Marca item 3.1.1 do edital	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	Grupo Gerador 50 Á 55 KVA Especificações Técnica	unid	01/12		0,00	0,00

VALOR TOTAL DA PROPOSTA						R\$ 0,00

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias contados a partir da data de recebimento da proposta comercial devidamente consolidada, nos termos do Edital.

Informar o responsável para assinar a Ata (Nome do proponente ou de seu representante legal, cargo na empresa, CPF, RG e Procuração, quando for o caso).

Porto Velho, ____ de _____ de 2016.

(Representante Legal da Empresa)